

RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.377 - SP (2019/0006302-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : ALEX LAURINDO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : SILVIA EMBOABA DA COSTA E OUTRO(S) - SP384646

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. PRESCRIÇÃO. PRAZO TRIENAL. ART. 109, INCISO VI, DO CÓDIGO PENAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a e c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa (Agravamento em Execução n.º 9000789- 60 2018.8.26.0050).

Consta nos autos que o Juízo da 5.^a Vara de Execuções Criminais de da Comarca de São Paulo/SP homologou falta grave praticada pelo Recorrido, consistente na prática de crime doloso no curso da execução (homicídio), aplicando-lhe a sanção de perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos em razão da gravidade concreta da falta (fls. 223-225).

Irresignada, a Defesa recorreu ao Tribunal de origem, que deu provimento ao agravo em execução defensivo para "*declarar extinta a falta grave praticada em 04.02.2015 por ALEX LAURINDO DE OLIVEIRA, em razão da prescrição*" (fl. 288).

Nas razões do recurso especial, o *Parquet* estadual argumenta que o acórdão recorrido contrariou o disposto no art. 109, inciso VI, do Código Penal, pois "*a infração disciplinar foi praticada no dia 4 de fevereiro de 2015, [...] enquanto que a decisão judicial que as reconheceu foi proferida no dia 1º de fevereiro de 2018, não se verificando, assim, o transcurso do lapso superior a três anos (art. 109, inciso VI, do CP)*" (fl.306).

Alega, ainda, que o entendimento adotado no acórdão recorrido divergiu de acórdãos proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça.

Contrarrazões às fls. 326-336.

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral Mario Luiz Bonsaglia, opinou pelo provimento do recurso especial (fls. 353-357).

É o relatório. Decido.

Conforme a jurisprudência uníssona desta Corte Superior, ante a ausência de disposição legal específica, aplica-se à falta grave praticada no curso da execução penal o prazo prescricional de 3 (três) anos, nos termos do art. 109, inciso VI, do Código Penal.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes:

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DA FALTA GRAVE PELA PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 109, VI, DO CÓDIGO PENAL. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - Esta Corte Superior de Justiça possui o entendimento de que, em matéria de infração disciplinar de natureza grave no âmbito da execução penal, incide o lapso prescricional de 3 (três) anos, por aplicação analógica do art. 109, VI, do Código Penal, por ser o menor lapso prescricional previsto nesse artigo.

III - No presente caso, entre a data da prática da falta grave (7/4/2015) e a sua homologação pelo eg. Tribunal de origem, em 26/10/2017, não ocorreu o implemento do lapso trienal previsto no art. 109, VI, do Código Penal, não havendo, portanto, que se falar em prescrição.

Habeas corpus não conhecido." (HC 443.638/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe de 30/10/2018; sem grifos no original.)

"EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FALTA GRAVE. PRESCRIÇÃO DA FALTA GRAVE. INOCORRÊNCIA. NÃO DECORRIDO LAPSO TEMPORAL SUPERIOR A TRÊS ANOS. AGRAVO PROVIDO.

1. Nos termos do entendimento desta Corte, a prescrição das faltas disciplinares de natureza grave, em virtude da inexistência de legislação específica, regula-se, por analogia, pelo menor dos prazos previstos no art. 109 do Código Penal, qual seja, 3 anos, nos termos do disposto na Lei n. 12.234/2010.

2. Não há falar em prescrição, porquanto não transcorrido o prazo prescricional de 3 anos entre a ocorrência da falta grave e a data da homologação pelo Juízo das execuções.

3. Agravo regimental provido para, afastada a extinção da punibilidade pela prescrição, determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que prossiga no julgamento do agravo em execução interposto pela defesa." (AgRg no REsp 1.702.078/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe de 25/09/2018; sem grifos no original.)

No caso, conforme assentado no acórdão estadual, a falta grave imputada ao Recorrido foi praticada em **04/02/2015**, sobrevivendo a decisão judicial homologatória em **1º/02/2018** (fl. 288). Portanto, não houve a consumação do prazo prescricional trienal.

Com efeito, incide, no caso, o disposto na Súmula n.º 568/STJ: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para cassar o acórdão recorrido, afastar a prescrição da falta grave e determinar que o Tribunal de origem prossiga na análise dos demais pedidos defensivos formulados no agravo em execução penal.

Comunique-se ao Tribunal de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora